

**O *NOVO* AMBIENTE INSTITUCIONAL NA AGROINDÚSTRIA
CANAVIEIRA PAULISTA, NO ÂMBITO DA CÂMARA SETORIAL
E A LUTA PELA TERRA. UMA *PELEJA* PARA A CLASSE
TRABALHADORA ***

**THE *NEW* INSTITUTIONAL ENVIRONMENT IN AGRARIAN-
INDUSTRY ON SÃO PAULO WITHIN THE SECTORIAL
CHAMBER AND THE STRUGGLE FOR LAND. A *PELEJA* FOR
THE WORKING CLASS**

Nair e Lúcia

*Pelo convívio prazeroso, pelo apoio nunca negado
e pela certeza de uma caminhada de confiança mútua*

Antonio Thomaz Júnior¹
thomazjr@stetnet.com.br

RESUMO

A dominação do capital sobre o trabalho referencia a discussão sobre o processo contraditório de construção da sociedade, expresso por meio da concertação social regulada pela Câmara Setorial. Essa nova centralidade do discurso da burguesia agroindustrial, enquanto defesa ideológica da reestruturação produtiva do capital e dos novos mecanismos de dominação colocados em prática pelos setores sociais hegemônicos realça o novo ambiente institucional da agroindústria canavieira paulista, e minimiza as ações que expressam a luta pela terra, como questão da classe trabalhadora, protagonizada por proletários e camponeses. De um lado, a concertação de classe viabilizada pelo referencial da Câmara Setorial, confunde e oblitera o movimento de identificação dos trabalhadores proletarizados, e por outro, estende seu controle e ofuscam as ações sediadas no âmbito dos conflitos pelo acesso à terra.

* Este texto é parte das investigações realizadas por meio do Projeto de Pesquisa “Câmara Setorial Sucroalcooleira: a relação capital x trabalho e os desafios para o movimento sindical”, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), na alínea Auxílio à Pesquisa, com início em maio de 1998 a junho de 2001, posteriormente aprofundadas a partir da viabilização do Projeto de Pesquisa “Território em Transe: Metabolismo societário do Capital e as Mutações no Mundo do Trabalho”, financiado pelo CNPq, na alínea Produtividade em Pesquisa PQ/2B, (2001 a 2003 e biênio posterior). Após sugestões de leitores, críticas construtivas, e pequenos ajustes, decidi republicar esse artigo, pois em seu ambiente original não tem atingido o público interessado, já que me chegam com constância comentários a esse respeito.

¹ Professor de Geografia da FCT/UNESP/Presidente Prudente; membro dos Programas de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP e do CEUD/ UFMS/Dourados; coordenador do Grupo de Pesquisa “Centro de Estudos de Geografia do Trabalho” (CEGeT) < www.prudente.unesp.br/ceget >; pesquisador 2B/CNPq/PQ; autor do livro “Por Trás dos Canaviais os Nós da Cana”, São Paulo: Annablume/Fapesp, 2002. Endereço: Departamento de Geografia. FCT/UNESP/Presidente Prudente. Caixa Postal: 467 - CEP 19060-900. Telefone: (0XX18) 229-5375 e 229-5307 - FAX: (0XX18) 221-8212.

ABSTRACT

The domination of capital over labor is the reference of the discussion on the contradictory process of construction society expressed through the social repairs regulated by the Sectorial Chamber. This new centrality of the discourse of the bourgeoisie agrarian-industry, while ideological defense of productive restructuring of capital and news mechanisms of domination put into practice by the hegemonic social sectors, highlights the new institutional environment of the agrarian-industry sugarcane in São Paulo and minimizes the actions that express the struggle for land as a matter of the working class starring proletarians and peasants. On one side the repairs to the class possible by referential Sectorial Chamber, confuses and obliterates the movement of the identification of workers proletarianized, and on the other, extends its control and overshadow the actions based on the scope of conflicts by the access to land.

1. Introdução

O processo social que redimensiona a atividade canavieira no Brasil, particularmente em São Paulo, nesta viragem para o século XXI, é o que nos permitirá compreender as contradições internas à atualidade da relação capital x trabalho ou mais propriamente ao mundo do trabalho, envolvido nesse setor da economia.

As mediações implementadas, principalmente pelo Estado e pelo capital, que hegemonizam a gestão territorial e que acenam novas relações institucionais, tais como a constituição de comissões *tripartites* ou Câmaras Setoriais, ao exemplo da Câmara Setorial Paulista Sucro-alcooleira² e mais recentemente o Pacto pelo Emprego, estão no centro das nossas atenções. As experiências vividas ao longo da Segunda metade da década de 1990 nos ocupam e também os desdobramentos dessas formas específicas do exercício do controle social por parte do Estado e do capital canavieiro, sobretudo em São Paulo.

Um dos argumentos que substanciaram a criação da Câmara Setorial Sucro-alcooleira Paulista como parte do programa de Desenvolvimento e Competitividade do Estado de São Paulo (PDC), de 1995, está a avaliação sobre os resultados da primeira fase da experiência da Câmara Setorial Automotiva, voltada essencialmente à resolução da indústria automobilística no ABC paulista.

O governo do Estado, tendo à frente Mário Covas e como Secretário do Trabalho, Walter Barelli, se esforçou muito para apresentar um referencial de gestão dos conflitos que se apresentavam na atividade canavieira em São Paulo, de tal maneira, que a abertura de mercado e a liberalização de preços pudessem não abalar a competitividade intra-setor e que não provocassem desdobramentos negativos em relação à questão do emprego. Não que a Câmara dispusesse de dispositivos para frear isso, mas ela se propunha

² Esse assunto foi objeto de nossas investigações logo após o término da tese de doutorado, momento em que demos continuidade às reflexões que norteavam o fortalecimento do capital agroindustrial, frente aos novos desafios, sem prescindir do apoio do Estado, mas de uma forma mais arrojada, responsável pelo exercício da mediação e da busca de soluções estratégicas para o setor.

conhecer e apresentar alternativas para a situação diversa e conflituosa entre as empresas, entre as empresas e os trabalhadores e o Estado, com referência à questão tecnológica, gerencial, social, etc. Mas, era necessário dispor de acúmulos capazes de permitir as ações e atuações nos campos requeridos.

É importante destacar outra coincidência, que, aliás, marcou profundamente os debates prévios nas duas experiências em apreço, ou seja, a decisão de se apostar no formato *tripartite* das Câmaras³. Convidados a apoiarem a composição sugerida, os empresários do setor automobilístico entenderam que juntamente com o Estado e os trabalhadores, “poderiam todos, apontar alternativas para superarem a crise que se alojava no setor”. (Arbix, 1997).

A predominância do ideário do segmento empresarial tido como “mais flexível” manteve, então, a participação do trabalho na equação social que nascia com a câmara automotiva.

Convencidos pelas constantes ameaças de estrangulamento da economia, os demais segmentos do capital e importante parcela do sindicalismo, representado pelo sindicato dos trabalhadores metalúrgicos de São Bernardo do Campo e, sobretudo, a CUT, fizeram *uma aposta no futuro*⁴.

Aumentar a produtividade; garantir as taxas de lucratividade e de acumulação; expansão do mercado (interno e externo); negociar com os trabalhadores, mas ter o apoio do Estado para impedir as ações grevistas e os paradesiros; fragilizar as movimentações operárias inclusive com a negativa de aceitar o Contrato Coletivo de Trabalho no âmbito da nascente Câmara Setorial, e a participação do Estado na formulação de políticas macroeconômicas favoráveis, eram os principais quesitos que o capital se lançava então a gestar⁵.

Ao longo de 1994, os sinais de desânimo evidenciados no âmbito do trabalho, através da luta sindical, foram um dos elementos que fortaleceram o projeto anunciado pelo Estado, porém arquitetado pelo capital e que teve no *tripartismo* societário o símbolo de uma época em que anunciava a necessidade de se pensar em alternativas para o

³ Instituídas em 1991, sob o governo Collor, como recurso capaz de promover uma saída negociada do congelamento de preços, referente ao segundo Plano de Estabilização (Collor II), as Câmaras Setoriais passaram de um formato *bipartite*, para *tripartite*, envolvendo também os trabalhadores.

⁴ Expressão tomada de empréstimo de Glauco Arbix que inclusive leva o nome de seu livro publicado pela Editora Scritta, 1996.

⁵ Em texto anterior tivemos a oportunidade de aprofundarmos reflexões sobre esse assunto. Ver: Thomaz Jr., 1999, p.22-28.

esgotamento do padrão de desenvolvimento e novos instrumentos de dominação e gestão social.

Estamos diante de alguns significados da dominação do capital sobre o trabalho. Esse é, a nosso ver, a base fundante que referencia toda a discussão que o assunto em pauta requer para ser compreendido, situado por dentro do processo contraditório de construção da sociedade do capital. Está-se diante da centralidade do discurso e do posicionamento que reinaram internamente à Câmara Setorial e ao Pacto, enquanto defesa ideológica da reestruturação produtiva do capital e dos novos mecanismos de dominação colocados em prática pelos setores sociais hegemônicos, que têm na (re)qualificação do trabalho a saída para as mazelas do desemprego⁶.

A sociedade contemporânea, nos últimos 20 anos, vem presenciando profundas transformações e rearranjos, que alcançam tanto a esfera da materialidade, quanto da subjetividade do trabalho. É nesse processo que o capital experimenta mais uma de suas crises, sendo que uma das respostas está assentada no neoliberalismo e na reestruturação produtiva da era da acumulação flexível⁷.

No coração do centro dinâmico do *agribusines* brasileiro, na área canavieira de Ribeirão Preto, os cortadores de cana-de-açúcar estão envolvidos também em ocupações de terra e viabilização de assentamentos rurais. É enganoso afirmar que o proletariado somente requer melhores condições de trabalho e aumentos salariais. Num ambiente marcado por profundas contradições, faz-se importante compreender os (re)arranjos espaciais por dentro da dinâmica do trabalho, como componente da engrenagem metabólica do capital. Há que se redobrar as atenções para o uso equivocado de generalizações e pressuposições inconseqüentes que nos impossibilitam entender a complexa trama de relações que estão presentes no mundo do trabalho, a tal ponto de nos induzir a compreender que há barreiras e distâncias intransponíveis internamente ao trabalho, no caso dos assalariados (proletários) que também ocupam terra para engrossar o coro da Reforma Agrária.

Pensa-se, então, ser possível apreender o conteúdo contraditório da luta pela terra no Brasil, na viragem do século XXI, por dentro da processualidade social, que nos impõe entender o conjunto heterogêneo e complexificado do trabalho social hoje. Continuar imaginando que os trabalhadores assalariados, proletarizados ou semi-proletarizados, no caso, ligados às atividades encimadas na agroindústria canavieira (tanto agrícolas quanto

⁶ Cf. THOMAZ JR., 2000.

⁷ O Geógrafo anglo-americano David Harvey (1992), em seu livro “Condições Pós-Moderna”, desenvolve longamente o conceito de flexibilização do trabalho.

fabris), sobretudo no corte da cana-de-açúcar, não estão preocupados com a questão da luta pela terra, tampouco com a Reforma Agrária, não condiz com a realidade. Apesar de que esse assunto merece muito mais atenção da nossa parte⁸, podemos adiantar que há capilaridades entre os diferentes significados e sentidos do trabalho, mesmo que o estranhamento imperante não possibilite aos trabalhadores “enxergarem” as contradições e as clivagens do processo metabólico do capital. O fato é que as evidências espaciais e territoriais desse processo nos permitem apreender algumas faces desse processo e suas especificidades enquanto materialidades que compõem as estratégias para o exercício do controle de classe por parte do capital sobre o trabalho.

Está em pauta, portanto, atentarmos para o processo contraditório, que redefine a forma de ser da classe trabalhadora, principalmente eleger as correlações necessárias para a compreensão das condições objetivas das formas de precarização, flexibilização da produção e do trabalho e especificamente para o modelo excludente e concentracionista de renda, de terra e de capital, adotado na economia brasileira e particularmente na agropecuária, que se ancora na cultura latifundista quinhentista e que conta, historicamente, com o beneplácito do Estado.

De todo modo, a partir dos avanços alcançados com o projeto de pesquisa que originou nossa tese de doutorado⁹ e com as leituras e elaboração do Projeto de Pesquisa que deu fundamentação ao Grupo Interinstitucional de Estudo e Pesquisa do Setor Sucro-Alcooleiro (GEP-SUCRO)¹⁰, de forma coletiva com pesquisadores e especialistas de diversas Universidades brasileiras e com a consecução do presente Projeto de Pesquisa, está sendo possível aprofundar discussões e apontar novos caminhos para as pesquisas e, em consequência, disponibilizar de novos instrumentos para compreender o (re)arranjo que se processa na agroindústria canavieira no Brasil.

É por essa via que pretendemos situar o entendimento que o trabalho tem de si e da processualidade em pauta, enquanto trabalho fragmentado, alienado, então, nas diferentes categorias/sindicais ou corporações, (rurais, químicos, condutores e alimentação), ou seja, como produto do enraizamento ao regramento jurídico-institucional

⁸ É o que está nos ocupando nesse momento na preparação do Projeto de Pesquisa “Reestruturação Produtiva do Capital no Campo, em São Paulo, e os Desafios para o Trabalho”, a ser desenvolvido em duas etapas, sendo a Segunda através de Estágio de Pós-doutorado na Espanha, ao longo do ano de 2004.

⁹ “Por Trás dos Canaviais os (Nós) da Cana. (Uma Contribuição para o entendimento da Relação Capital x Trabalho e do Movimento Sindical dos Trabalhadores na Agroindústria Canavieira Paulista)”. Tese de Doutorado, desenvolvida junto ao Departamento de Geografia da FFLCH/USP, sob a orientação do professor Dieter Heinz Heidemann e defendida em maio 1996.

¹⁰ O Projeto que deu origem ao GEP-SUCRO é: “Reconfiguração Da Agroindústria Sucro-alcooleira no Brasil: Desregulamentação Estatal, Reestruturação Produtiva-Organizacional e Movimentos Sociais”, em processo de avaliação pelo CNPq, para objeto de apreciação de financiamento.

imposto pelo Estado e daí o atrelamento (legal) das ações organizativas das entidades sindicais no campo de determinações do Estado e do capital.

Põe-se em questão, então, o imbricamento das ações do capital, passando pelo fatiamento corporativo/sindical, delineado a partir da parametrização do aparato jurídico-político estatal, bem como a atuação do Estado no tocante à esfera dos investimentos e intervenção direta na atividade canavieira, reforçadas com o Proálcool e redimensionadas com a Câmara Setorial e com o Pacto pelo Emprego, já na segunda metade dos anos 1990, que a um só tempo garantem a unificação de interesses da burguesia agroindustrial e das elites que controla a máquina estatal.

2. Das Técnicas à Efetivação do Controle Social

A agroindústria canavieira no Brasil revela ampla e complexa diversidade tecnológica, econômica, gerencial, social, etc. O maior produtor de cana-de-açúcar do mundo - 250.000.000 de toneladas na safra 2001/2002 - o equivalente a 16,0% da área cultivada do planeta, ou seja 4,4 milhões de hectares - diferencialmente territorializada, distribuindo-se classicamente em duas regiões produtoras: centro-sul (C/S) e norte-nordeste (N/NE)¹¹, sendo que se concentra nos Estados do C/S, fundamentalmente em São Paulo e, nos Estados nordestinos de Alagoas e Pernambuco, sendo inexpressiva na porção norte ou nos Estados Amazônicos.

Considerando-se a área cultivada total do país (60 milhões de ha), a cana-de-açúcar situa-se em quarto lugar, com 8,8% (5,3 milhões de ha), sendo superada em ordem crescente, pelo feijão (11,04%), soja (19,08%) e milho (26,27%) e estando à frente do arroz (8,28%), do café (5,5%) e da mandioca (3,93%)¹².

A essa quantidade de hectares plantados com cana-de-açúcar distribuem-se 350 unidades processadoras ou agroindústrias canavieiras em operação, que envolvem aproximadamente, 1.500.000 trabalhadores em empregos diretos, 80% dos quais na atividade agrícola e o restante nas respectivas plantas fabris.

¹¹ Essa regionalização do território canavieiro, proposta pelo PLANALSUCAR (Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-açúcar) no início dos anos 70, é largamente utilizada na literatura específica, tanto no meio acadêmico, como, fundamentalmente nos documentos e boletins de safra produzidos no âmbito dos órgãos estatais, como o IAA, CENAL, Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR) - Departamento de Assuntos Sucro-alcooleiros (DSA), Ministério da Agricultura, etc., representando, assim, parte expressiva das informações secundárias sobre a agroindústria sucro-alcooleira no Brasil. Em vista disso é que fizemos uso dessas informações e explicações agregadas, até porque, em muitos casos não estar disponível informações desagregadas por Estado produtor.

¹² Para mais detalhes, ver: SEES/AAE, 1993.

De todo modo, os Estados do C/S possuem, aproximadamente, 70% (ou, 3,7 milhões de ha) do total da área plantada do país e, mesmo, quando nos atemos exclusivamente ao sudeste, onde São Paulo representa 80%¹³ e logo em seguida vem o Paraná, que, aliás, já ocupa a segunda colocação em nível nacional, em área plantada, produção de matéria prima, açúcar e álcool anidro, perdendo para Alagoas, o terceiro colocado, somente a produção de álcool hidratado.

Se adotarmos o recorte regional para visualizarmos a performance do setor como um todo, as diferenças são ainda mais evidentes.

A título de exemplo, dos 650 municípios do Estado de São Paulo, 355 são canavieiros e respondem por 60% da produção nacional, e aproximadamente 200 destacam-se; 70% do total do álcool e do açúcar produzido no país; 35% do PIB agrícola paulista; 8% do PIB agrícola nacional; e se territorializa por aproximadamente 2,5 milhões de hectares, sob a influência de 133 unidades agroindustriais¹⁴.

A mecanização, a microeletrônica, a automação *invadiram* a agricultura e produzem modificações dos processos e controle do trabalho, jamais vistos, com repercussões de extrema magnitude para o trabalho, especialmente no centro-sul e em São Paulo, em particular. Percebemos também, profundas mudanças nas formas de representação sindical e política, portanto na subjetividade e escala de valores sociais, culturais, éticos, etc., portanto na sua identidade de classe.

Nota-se que há combinações entre formas e significados que impõem profundas modificações nos rumos do trabalho ou nas formas de controle exercidas pelo capital e pelas classes dominantes, que requalificam as relações sociais de produção e particularmente, de trabalho, na agricultura. Não se trata, apenas, de polemizar sobre o universo ocupacional e a qualificação do trabalho, tampouco as redefinições de funções e atividades, tais como: 1) formas assalariadas puras (proletariado em geral e os subproletarizados); 2) assalariamento consorciado (pequenos e médios produtores familiares, integrados ou não; trabalho temporário e demais formas precarizadas presentes na informalidade, agricultura *par time*); 3) formas não assalariadas (autônomos, pequenos negociantes, produtores familiares, assentados, agregados, seringueiros, posseiros, ribeirinhos, indígenas desaldeados)¹⁵.

¹³ Os dados fornecidos pelo IBGE, não coincidem, para o Estado de São Paulo, com as informações utilizadas pelo IEA. Como constatamos, isso se deve, além de se tratar de instituições diferentes, à adoção de procedimentos técnicos e metodológicos diferenciados na coleta e mensuração das informações, bem como à metodologia de cálculo.

¹⁴ Cf. THOMAZ JR., 2002a.

¹⁵ A esse respeito indicamos o excelente trabalho de mestrado desenvolvido por Ribeiro (2002), sob nossa orientação “A Geografia da Escravidão no Território do Capital”.

Esse quadro se sustentou e conheceu o sucesso dos anos 70 e 80, e os avisos de uma conjuntura desafiadora nos anos 90, graças às políticas estatais. A intervenção, o controle e a elaboração de políticas específicas para a atividade canavieira no Brasil remontam ao período colonial. Com o Proálcool, em 1975, temos o revigoramento da atividade produtiva a partir do direcionamento do Estado para regularizar a rentabilidade e a capitalização dos empresários agroindustriais, sobretudo por conta da conjuntura desfavorável internacionalmente para o açúcar brasileiro. Somente num segundo momento é que se associou o Programa Nacional do Álcool (Proálcool) à matriz energética assentada na mistura do álcool à gasolina, de 1975-1980, no do álcool hidratado como combustível direto, a partir de 1979¹⁶, sendo que até recentemente, a maior parte da cana moída é direcionada para a produção de álcool, mais para o anidro ou para o hidratado dependendo da safra.

Às custas de elevadas somas de recursos públicos, sob o crivo de favoritismos e privilégios, os empresários se capitalizaram e tiveram sua capacidade de produção multiplicada, seguida de perto pela escalada de enriquecimento que também garantiu o registro de fortunas e poderio econômico e político, às custas da concentração crescente da propriedade da terra, de capital e, conseqüentemente, da riqueza socialmente produzida por milhares de trabalhadores, que sobreviveram excluídos das benesses e dos privilégios e que tiveram que amargar as péssimas condições de trabalho que lhes foram impostas.

A Tabela 1 nos permite apreender, desde o início dos anos 70 até o final do século XX, a distribuição diferencial da produção e a área colhida com cana-de-açúcar no Brasil. Por sinal, diferença essa que se consagra de forma contundente tanto para a produção do açúcar (Tabela 2), quanto para o álcool (Tabela 3), em referência ao centro-sul canavieiro, principalmente, São Paulo.

Cabe registrar que é sob esse pano de fundo que os trabalhadores se rebelaram e em maio de 1984 e sem a liderança dos sindicatos, num primeiro momento, tomam a frente do confronto com o empresariado e instalaram um processo de greve, que ficou conhecido como Movimento de Guariba. Na prática, os trabalhadores colocaram em questão a situação opressiva a que estavam submetidos, agudizadas com a adoção do sistema de 7 ruas para o corte de cana-de-açúcar, ao invés das cinco ruas usuais¹⁷.

¹⁶ Em estudo realizado anteriormente, pudemos elaborar reflexões sobre esse assunto, depois de uma longa revisão bibliográfica. Vide: Thomaz Jr., 2002a.

¹⁷ Essa questão foi amplamente desenvolvida por nós na tese de doutorado. Ver: Thomaz Jr., 2002a. Para mais detalhes consultar: Gebara e Baccarin, 1983.

Tabela 1. Área, Produção e Rendimento da Cana-de-açúcar no Brasil: 1970 – 2000

Anos	Área Colhida (mil ha)	Produção (mil t)	Rendimento Agrícola t/ha
1970	1.725,1	79.752,9	46,23
1971	1.728,0	80.380,4	46,52
1972	1.802,6	85.106,2	47,21
1973	1.958,8	91.994,0	46,97
1974	2.056,7	95.623,7	46,49
1975	1.969,2	91.524,6	46,48
1976	2.093,5	103.173,5	49,28
1977	2.270,0	120.081,7	52,90
1978	2.391,4	120.144,9	54,00
1979	2.537,0	138.898,9	54,75
1980	2.607,6	148.650,6	57,01
1981	2.825,9	155.924,1	55,18
1982	3.084,3	186.646,6	60,52
1983	3.478,8	216.037,0	62,10
1984	3.655,8	222.317,8	60,81
1985	3.912,0	247.199,5	63,20
1986	3.944,7	238.443,0	60,45
1987	4.308,7	268.504,0	62,32
1988	4.113,2	258.294,0	62,80
1989	4.067,7	252.290,0	62,02
1990	4.270,9	262.605,0	61,49

1991	4.210,9	260.839,1	61,94
1992	4.201,3	271.432,0	64,61
1993	3.863,3	244.303,0	63,24
1994	4.344,5	292.070,5	67,23
1995	4.565,5	303.557,3	66,49
1996	4.827,3	325.929,1	67,5
1997	4.880,0	337.195,5	69,10
1998	4.972,0	338.971,5	68,18
1999	4.860,3	333.314,4	68,6
2000	4.735,7 *	291.875,00 *	61,63

Fonte: SPC/DAA/MICT; UNICA, 2001

* Estimativa

Tabela 2. Produção de Açúcar (mil toneladas)

Safra 1992/93 – 1999/2000

Regiões	S A F R A							
	92/93	93/94	94/95	95/96	96/97	97/98	98/99	99/00
N-NE	3.130,1	2.265,2	3.211,5	3.337,6	3.184,8	3.526,2	2.781,3	2.162,9
C-S	6.131,2	7.008,7	8.515,1	9.315,3	10.478,4	11.384,4	15.279,8	16.899,8
S P	4.940,8	5.537,0	6.705,6	7.245,0	7.929,5	8.734,9	11.806,3	13.091,2
BR	9.261,3	9.273,9	11.726,6	12.652,9	13.663,2	14.910,6	17.961,6	19.062,8

Fonte: SPC/DAA/MICT; UNICA, 2001

A partir desse momento e a sucessão dos desdobramentos em relação às condições de trabalho e a nocividade das queimadas, o Ministério Público passa a ter papel destacado, especialmente pela notabilidade que dá para os assuntos polêmicos que povoavam a agroindústria canieira e que eram desconsiderados, negligenciados e mesmo abafados pelos empresários e autoridades e em alguns casos, desconhecidos dos

trabalhadores, das entidades sindicais e da sociedade em geral. Ganham visibilidade, então, os malefícios das queimadas para a saúde da população¹⁸, o transporte inadequado dos trabalhadores, a utilização de menores no corte da cana-de-açúcar, o descumprimento dos acordos coletivos por parte dos empresários, o que resultou em ações judiciais, invocando o uso obrigatório dos Equipamentos de Proteção Individuais (EPI's)¹⁹, etc.

Tabela 3. Produção de Álcool (milhões de litros) – Brasil

Safra 1992/93 – 1999/2000

Regiões	S	A	F	R	A			
	92/93	93/94	94/95	95/96	96/97	97/98	98/99	99/00
N-N	1.630,6	912,9	1.549,6	1.734,2	2.266,0	2.144,9	1.631,2	1.146,3
C-S	10.066,5	10.372,7	11.147,2	10.849,1	12.113,5	13.262,5	12.281,0	11.634,2
S P	7.926,5	8.279,4	8.706,2	8.121,2	8.971,4	9.493,1	9.072,4	8.486,8
BR	11.697,0	11.285,5	12.696,8	12.583,4	14.379,7	15.407,5	13.912,5	12.780,6

Fonte: SPC/DAA/MICT; UNICA, 2001

Os baixos salários, o rígido controle do patronato à escala da barbárie, registrada mediante a superexploração do trabalho (com longas jornadas), o descumprimento dos acordos e das convenções coletivas e, sobretudo, da legislação trabalhista, etc., foram os elementos que estruturaram as condições que solidificaram o sucesso econômico da agroindústria canvieira, aliás, é o que demonstram grande parte dos estudos sobre esse assunto²⁰. Caiu por terra e nunca se efetivou a proposta anunciada que um dos principais objetivos do Proálcool, era desconcentração de renda, tendo em vista mais de 60% do álcool produzido no país estar a cargo de São Paulo, (Tabela 3).

¹⁸ Nesse aspecto, é necessário destacar o papel do Centro de Estudos Regionais (CER), ligado à Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, da Universidade de São Paulo.

¹⁹ A respeito desses assuntos, destaca-se o papel desempenhado pela Federação de Órgãos Associados para a Educação (FASE), ONG que atuou de forma mais decisiva na região de Ribeirão Preto, durante o período de 1988 a 1996.

²⁰ O trabalho de mestrado em Geografia desenvolvido por Júlio Cezar Ribeiro e sob nossa orientação, “Exclusão Social na Agroindústria Sucro-alcooleira no Mato Grosso do Sul: Inserção e Superexploração da Mão-de-obra Indígena”, e defendido em dezembro de 2001 demonstra que a superexploração do trabalho talvez seja a principal explicação para a manutenção dos ganhos advindos do rebaixamento de custos e da performance produtiva da Debrasa, no Mato Grosso do sul, especialmente mediante a utilização de força de trabalho indígena, especialmente no corte da cana-de-açúcar.

2.1. O Processo Concentracionista

De posse de alguns indicadores censitários, podemos situar esse processo mais geral, sendo que encabeça a lista a escorchante concentração de renda no país, pois enquanto os 50% mais pobres detêm 13,5% do bolo, o 1% mais rico da população se apodera de 13,8%. A chaga representada pela precarização das relações de trabalho pode ser vista, de um lado através da cifra que quantifica que, do saldo dos 418 mil postos de trabalho criados no ano de 1999, 94% materializaram-se sem carteira assinada, e por outro lado, o Brasil desponta na terceira colocação no *ranking* mundial do desemprego, com 7,7 milhões, superado apenas pela Rússia, com 9 milhões e a Índia com 39 milhões de trabalhadores desempregados²¹. E no tocante à estrutura fundiária, assiste-se à seguinte aberração: 93 milhões de hectares (ha) ou 11% da área total do país estão sob o domínio de pouco mais de 3000 proprietários, dos quais, 70 milhões de ha (algo equivalente ao Estado de São Paulo), se encontram em situação irregular. Esses números dão um banho de água fria nos comemorativos dos 500 anos do *descobrimento*.

Chama atenção a constatação de estar ocorrendo pela primeira vez em 500 anos, a extinção de estabelecimentos agrícolas, ou seja, 940.000 - 400.000 nos anos de 1995 e 1996 - sendo 96% deles com áreas inferiores a 1000 ha, dos quais 73% até 10 ha²².

Através dos dados disponibilizados pelos censos agropecuários do Estado de São Paulo, de 1985 e 1996, nota-se que, mesmo tendo havido decréscimo da área cultivada, de 16%, isso não produziu impacto significativo na produção, o que revela a ocorrência de aumento dos índices de produtividade. Por sua vez, a “modernização” consagrada à agropecuária paulista expulsou milhares de pequenos agricultores e parte dos assalariados, registrando uma queda de 32%, como revelam os números, de 1.357.113 em 1985, para 914.954 em 1995/96. Todavia, como já havíamos constatado em trabalho anterior, para a cana-de-açúcar²³, tudo isso também foi acompanhado de um forte incremento na já concentrada propriedade fundiária.

Essa diversidade de situações acrescenta novos desafios para a trama societária capitalista, com desdobramentos que vão fragilizar ainda mais o trabalho, tanto do ponto de vista do emprego, do que fazer, quanto da divisão do bolo ou da riqueza socialmente produzida, atrelada à concentração da propriedade da terra e, conseqüentemente, da expropriação de grandes contingentes de trabalhadores da terra.

²¹ Cf. PINHEIRO, 2000, p. B5.

²² Cf. OLIVA, 2000.

²³ Cf. THOMAZ JR., 1989 e 1996.

Há, então, uma série de fatores que se imbricam para consolidar o atual estágio de penúria em que se encontra a maioria dos trabalhadores envolvidos na agropecuária brasileira. A burguesia e os artífices do agronegócio²⁴, que incluem as ligações intersetoriais²⁵ na agropecuária, especialmente na agroindústria canavieira e citrícola, não só detêm o controle político e gestor dos recursos públicos destinados ao setor, como também desenvolvem campanhas milionárias junto à mídia para criminalizar os trabalhadores e os movimentos que se indignam com as manobras e as injustiças praticadas, especialmente as movimentações contrárias às cooperativas de mão-de-obra, ou as *fraudoperativas*²⁶. É a partir desses referenciais que o governo FHC intensifica a ofensiva para arrochar salários, promulgar medidas anti-reforma agrária e promover a maior despossessão e empobrecimento dos trabalhadores brasileiros em prol do fortalecimento das oligarquias e das classes hegemônicas.

Pode-se inferir, seguramente, que o cenário que abriga esse quadro é de profunda complexidade e revela uma trama de relações de grande amplitude e que requer, portanto, uma análise da totalidade dos elementos constitutivos, o que não pode ser tratado sem aprofundamentos. É na órbita do capitalismo contemporâneo que se têm, então, as pistas fundamentais para se entender a intensificação da sua lógica destrutiva²⁷ e as repercussões que reformatam o mundo do trabalho.

2.2. Revitalização do Proálcool e Reformulação da Política Energética

O acompanhamento mais detido das últimas duas safras pode sinalizar os apontamentos que se consolidaram para a agroindústria canavieira, assim como os enunciados que se lançam para o próximo século. É importante ressaltar que, em tempos de desregulamentação, os preceitos liberais e expansionistas do capital se misturam às reivindicações que propõem a “participação do Estado na formulação de políticas públicas para o setor, desde que sinalize conjuntamente alternativas concretas de financiamento...” Ainda mais, depois de os resultados finais da safra 1999/2000, na região centro-sul terem registrado queda no montante da cana moída, mas com alta na produção de açúcar (Tabela

²⁴ Esta expressão é a tradução da palavra de origem inglesa *agribusiness* e já está praticamente absorvida na terminologia técnica, política e acadêmica, a ponto de informalmente, a Secretaria de Estado da Agricultura do Estado de São Paulo, ser reconhecida por seus técnicos e funcionários como sendo Secretaria de Estado do Agronegócio.

²⁵ Kageyama, 1987, denomina esse processo de integração intersetorial da agropecuária brasileira.

²⁶ A esse respeito ver: Silva, et. al. 1997.

²⁷ Mészáros pondera que junto das práticas materiais da destrutiva auto-reprodução ampliada do capital, “fez surgir inclusive o espectro da destruição global, em vez de aceitar as restrições positivas requeridas no interior da produção para a satisfação das necessidades humanas” (*apud* ANTUNES, 1999: 188).

2) e queda na produção de álcool (Tabela 3). No entanto, essa avaliação prestada por influente empresário sucro-alcooleiro paulista revela o significado dos vínculos históricos de uma trajetória intervencionista do Estado nesse setor da economia.

O requerimento do Estado por parte dos empresários sucro-alcooleiros nas negociações específicas que transcorreram para a consolidação do açúcar brasileiro no regime aduaneiro do Mercosul, transcende as expectativas do papel exercido como negociador somente. A postura reticente por parte dos negociadores argentinos sinaliza interferências na matriz energética brasileira, especialmente pelas assimetrias provocadas pelo uso do álcool como combustível no Brasil, inclusive exigem que o Brasil, num prazo de seis anos, deixe de utilizar o álcool, tanto como combustível direto, como aditivo oxigenado. Desde 1992, esses argumentos camuflam, como reconhecem os empresários brasileiros, o atraso e a falta de competitividade do setor açucareiro argentino da região de Tucumã, apoiado pelos produtores de Jujuy e pelos fabricantes de açúcar de alta frutose de milho (HFCS), mais modernos e produtivos quando comparados a Tucumã.

Mas o que se destaca é a busca de alternativas econômicas para o açúcar e para o álcool. Essa é a principal atenção que os empresários paulistas manifestam publicamente. Na primeira edição do Jornal Informação UNICA de 2001, está estampada a preocupação do empresariado sucro-alcooleiro paulista, quando alerta para a tendência de recuperação das próximas safras, o que não pode ameaçar a estabilidade do mercado de álcool, principalmente, tendo em vista o crescimento da produção do produto, na menor safra (2000/01) da década.

O cenário atual nos reserva alguns cuidados especiais em relação aos papéis desempenhados ao longo dos anos pelos atores sociais envolvidos na atividade canavieira. Ou seja, a partir do final dos anos 80, após longas décadas de tutela estatal, teve início a desregulamentação do setor.

Essa empreitada envolveu o desmonte e extinção do IAA, no início dos anos 90, e foi seguida da retirada do suporte governamental às empresas agroindustriais e aos produtores. Os reflexos disso rebateram diretamente nos abalos que, na seqüência, consolidaram a queda vertiginosa do álcool hidratado enquanto combustível direto. Não se pode esquecer de que esse fato foi influenciado ou mesmo determinado pelos preços compensadores do açúcar no mercado externo e pelos baixos preços do petróleo.

Os empresários apresentam-se esperançosos em conseguir contar com o apoio do Estado para manterem os derivados da cana-de-açúcar na matriz energética, sendo que isso inclui a abertura do leque de opções tecnológicas e que sejam criadas e apoiadas iniciativas

capazes de dinamizar os produtos já conhecidos e tidos como principais (açúcar e álcool), como também os sub-produtos (bagaço, alcoóis finos, açúcares concentrados, açúcar orgânico, açúcar líquido, etc.), que através da sucro-alcoolquímica possam ganhar referencial de escala e mercado. Associado a isso e com alcance estrutural, capaz de rebaixar custos, aumentar a produtividade e a eficiência do trabalho agroindustrial e, conseqüentemente, apresentar recursos necessários para a reprodução ampliada do capital, estão as pesquisas de maneira geral, mas sobretudo na parte mecânica e genética. Tanto na parte industrial, em toda a escala da planta e dos processos físico-químicos, quanto na parte agrícola, é possível listar diversos avanços tecnológicos, com destaque para a mecanização do corte e do plantio da cana-de-açúcar, no melhoramento genético e na transgenia, como também para a sofisticação do sistema de carregamento e transporte.

No entanto, o melhoramento genético ganha maior visibilidade, através do Projeto Genoma da Cana, que tem à frente o Centro de Tecnologia da Copersucar (CTC) e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), que mobiliza 180 pesquisadores, 23 laboratórios, 13 Universidades e institutos de pesquisa, com orçamento de US\$ 8 milhões. O sequenciamento do material genético da cana-de-açúcar permitirá aos pesquisadores decifrar os 50.000 genes da planta, o que possibilitará manipular variedades, por exemplo: a) mais resistentes a pragas e doenças como ferrugem, escaladrina, b) com teor de açúcar mais concentrado, e c) açúcares raros, etc.

Em termos práticos, os empresários requerem e forçam negociações junto ao CIMA, ao BNDES, governos estaduais, e municipais, através da Associação dos Municípios Canavieiros do Estado de São Paulo (AMCESP), empresas montadoras de automóveis, como forma de fortalecer a utilização do álcool hidratado, o que envolve: a) além do carro a álcool – que já conhece patamares expressivos quando se compara as vendas de veículos a álcool em 1999 (11.284 automóveis), em 1998 (1.451) e em 1997 (1.273); b) o combustível flexível (tecnologia disponível) e, c) a utilização do álcool como reformador em sistemas de célula a combustível (tecnologia em desenvolvimento), principalmente pela Daimler-Chrysler. (Informação UNICA, n.39, 2000: 2).

Mas, quando se trata de alongar os horizontes para visualizarem perspectivas para o álcool em relação ao mercado externo, os empresários brasileiros manifestam-se cuidadosos. O banimento do MTBE (metil-térccio-betil-éter), polímero do petróleo, da mistura à gasolina, e em seu lugar praticar o uso do álcool anidro, nos EEUU, não acenam com possibilidades reais para o produto brasileiro, tendo em vista a capacidade instalada para a produção a partir dos excedentes de cereais, principalmente do milho, hoje, em

torno de 6 bilhões de litros, podendo duplicar esse montante em 3 anos. O mesmo acontece com a França, que produzirá internamente o etanol a ser misturado, como oxigenado, à gasolina, na proporção de 5% e até final de 2003 duplicará a produção de 1,2 bilhões de litros, cifra que lhe garante a quarta colocação no ranking mundial, sendo que 70% originam-se do açúcar de beterraba e 30% do trigo.

Através da Tabela 4 podemos constatar que o privilegiamento do açúcar se expressa no crescimento percentual de cana convertida no produto e conforme as previsões da ÚNICA, esse percentual deverá continuar crescendo.

Está estampado o desejo dos empresários em garantir condições remuneradoras para o álcool internamente, principalmente com a retomada da produção de carros, mediante os objetivos da Frota Verde, com participação direta do Estado, tornando-a obrigatória quando da renovação dos carros oficiais, exclusivamente para carros a álcool; à mistura do anidro à gasolina, à base de 24% e ao diesel.

Tabela 4. Participação da Matéria-prima Convertida em Açúcar

Safra	% Cana Convertida em açúcar
1996/97	35,55
1997/98	35,92
1998/99	42,83
1999/00	46,23
2000/01	45,36

Fonte: Datagro, 2000, N^o 24

No entanto, diante da possibilidade dos *apagões* e da anunciada crise energética, a cogeração de energia a partir do bagaço de cana, mas, sobretudo, a possibilidade de as empresas agroindustriais canavieiras²⁸ produzirem e venderem energia elétrica²⁹, ocupa lugar de destaque internamente. Com capacidade para produzir 100 KWH por tonelada de cana processada, com a tecnologia existente, considerando-se a produção de 300 milhões de toneladas de cana por safra e com a tecnologia da gaseificação do bagaço, essa cifra pode dobrar.

²⁸ Em recente reportagem publicada no jornal O Estado de São Paulo, do dia 23 de maio de 2001, (p. B7), comparece o ânimo dos empresários que pretendem ampliar os investimentos em produção de energia a partir do bagaço, com as atenções voltadas para a “mina ainda não explorada”.

²⁹ Mais detalhes ver: Thomaz Jr., 2002a.

No Estado de São Paulo, 40 unidades agroindustriais canavieiras estão com excedentes (disponíveis) que somados alcançam pouco mais de 150 MW, mas apenas 120 MW estão sendo comercializados, sendo, pois, as principais: Barra Grande; Nova América, Moema, Santo Antonio, Viralcool e a Vale do Rosário, que se responsabiliza por 30 MW. “Apesar de o Mercado Atacadista de Energia Elétrica (MAE) estar pagando até R\$ 684,00 por MW/h, os preços dos contratos de energia de biomassa estão em torno de R\$50,00 e R\$70,00 por MW/h”.³⁰

Os empresários diante das potencialidades de “novo” mercado que se constitui em relação à venda de energia elétrica, ponderam que as limitações presenciadas nesse ramo de atividade se devem à ausência de planejamento estratégico por parte do Estado³¹ e, conseqüentemente, a definição do papel dos diversos produtos envolvidos na matriz energética. Argumentam ainda que “ninguém planta cana-de-açúcar para gerar bagaço, mas para produzir açúcar e álcool”³², assunto que compôs pautas específicas junto às reuniões da Câmara ao longo dos últimos dois anos foi praticamente esquecido.

Emerge em cena com a desregulamentação, questões encimadas na mecanização do corte da cana-de-açúcar, que recobrem a polêmica questão da despilha ou da queima da cana para o corte e toda a cadeia de desdobramentos sociais, ambientais, políticos e econômicos, geográficos. É possível afirmar que em nível nacional, a área de colheita mecanizada evoluiu significativamente de 1994 a 2002. Até meados de 1994, apenas 4% da colheita se davam em bases mecânicas no Brasil, ou seja, 9.600.000 toneladas, numa área plantada de aproximadamente 128 mil hectares. Em 2000, esse percentual ultrapassou a casa dos 20%, podendo ter alcançado algo próximo a 30% em 2002, sendo que, na região Centro-Sul, o total da área com cana colhida mecanicamente alcançou 34%, contra apenas 8,0% na região Nordeste, (Tabela 5).

O corte mecanizado alcança em média cerca de 35% a 40% mais barato do que o corte manual. Além disso, dependendo de sua performance, uma máquina pode colher em torno de 500 a 1000 toneladas de cana por dia, podendo substituir cada uma, aproximadamente de 80 a 100 trabalhadores, independentemente de a cana ser queimada inteira ou picada, ou crua picada.

³⁰ Cf. INFORMAÇÃO ÚNICA, ano 4, n.41, p.1, mai. Jun., 2001.

³¹ Na Índia, segundo colocado na produção mundial de cana-de-açúcar produzem-se a partir da biomassa do bagaço, 300 MW para a rede pública e existem projetos para mais 400 MW a vigorar em curto prazo. Decisão semelhante adotou a República de Maurício, que produz 210 GW/h a partir da biomassa, o que deverá saltar para 800 GW/h, a partir da gaseificação. Na Guatemala, guardando as devidas proporções, 15% da energia elétrica gerada no país é advinda da queima da biomassa da cana-de-açúcar.

³² Idem, 2001.

Na rabeira desse processo de mecanização crescente da colheita e já em passos adiantados a mecanização do plantio, se situam, mais recentemente vários aportes discursivos implementados pelo capital ou por setores identificados com o empresariado sucro-alcooleiro no Brasil, com eco no próprio Congresso Nacional, mediante as bandeiras da preservação e da sustentabilidade ambiental, aliás, elementos que fundaram a razão (política) da criação da Câmara Setorial. Com o amparo dos meios de comunicação e da mídia em geral, ganha expressão de batismo e de significado social irrestrito a certificação ambiental na agroindústria canavieira no Brasil, particularmente para o açúcar exportador para o mercado consumidor europeu e mais recentemente o álcool (anidro e hidratado), tendo em vista a credencial de ser qualificado como produto limpo³³.

Tabela 5 – Evolução da Área de Colheita Mecanizada com Cana-de-açúcar no Brasil

Ano	São Paulo (%)	Centro-Sul (%)	NE (%)	Brasil (%)	Área Total Corte (x1000 ha)	Área Mecanizada (1000 ha)
1994	-	-	-	4,0	3.208	128,3
1997	17,8	15,4	3,2	13,5	3.691	498,3
1998	26,4	24,9	5,7	23,8	3.855	917,5
1999	22,3	25,3	5,9	23,0	4.103	943,7
2000	30,5	28,0	7,6	24,7	3.687	910,7
2001	33,0	31,0	8,0	29,0	3.785	1097,6
2002	37,0	34,0	9,0	30,0	4.171	1326,4

Fonte: Oliveira, 2002.

Ainda que tenham que ser ressaltadas algumas questões como as tentativas de disciplinamento para o uso de procedimentos não aceitos pela sociedade como emissão de gases poluentes em doses não prescritas ou ainda, os desdobramentos nefastos das queimadas para a saúde dos trabalhadores e para as população das cidades circunvizinhas, o discurso que fundamenta essas *novas* demandas da sociedade, fortalece, em vários casos, o próprio processo de dominação do capital, agora totalmente camuflado pela roupagem ambiental, sabendo-se, pois, que a certificação ambiental já comparece como *novo* elemento

³³ A esse respeito indicamos o trabalho de mestrado de Ana Maria Soares de Oliveira, “A Relação Capital x Trabalho na Agroindústria Sucroalcooleira Paulista e a Intensificação do Corte Mecanizado: Gestão do Trabalho e Certificação Ambiental” desenvolvido junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP/Presidente Prudente, sob nossa orientação e defendido em abril de 2003.

diferenciador, intra-capital, de ganhos adicionais e performance técnico-econômica³⁴. Em nome do cumprimento de determinados pré-requisitos (*ambientais*), torna-se possível a aceitação das mercadorias (açúcar e álcool) ou o privilegiamento de mercados cativos, sem antes serem diagnosticadas as reais condições de trabalho, formas de pagamento, cumprimento dos acordos coletivos, etc.

Trata-se de um caminho carregado de múltiplas armadilhas, tendo em vista que a discussão em torno do trabalho é, em última hipótese, a evidência de uma das facetas do próprio capital. Há de se considerar que, do ponto de vista fenomênico, a identidade dos que vendem sua força de trabalho está além de uma mera questão mercadológica, já que tal processo infere a possibilidade (e necessidade) de um amplo conjunto de mediações que vai desde o ato de trabalho propriamente dito até a construção cultural necessária à reprodução das condições sociais que, genericamente, denominamos de capitalismo.

3. Desregulamentação e Reestruturação Produtiva do Capital

O sentido mais geral desse processo pode ser apreendido através da seguinte observação de Chesnais:

O problema, já a esse nível, é que a liberalização e a desregulamentação, combinadas com as possibilidades proporcionadas pelas novas tecnologias de comunicação (...) decuplicaram a capacidade intrínseca do capital produtivo de se comprometer e descomprometer, de investir e desinvestir; numa palavra, numa propensão à mobilidade. Agora, o capital está à vontade para pôr em concorrência as diferenças no preço da força de trabalho entre um país - e se for o caso, numa parte do mundo - e outro. Para isso, o capital concentrado pode atuar, seja pela via do investimento, seja pela da terceirização (1996: 28).

Mais recentemente, diante do exposto, entendemos que a reestruturação produtiva do capital no Brasil se apresenta com traços marcantes e expressivos territorialmente. Ao se combinarem diferentes ações como enxugamento drástico das empresas, formas diversificadas de superexploração do trabalho, desregulamentação, novas formas de gestão do processo de trabalho, têm-se, então, indicativos de que o fordismo

³⁴ Idem, 2003.

está se mesclando, por exemplo, com vários elementos do *toyotismo*, que marcaram os sinais predominantes do capitalismo no estágio atual, em todo o planeta³⁵.

A direção a ser tomada, então, aponta para um novo cenário institucional, que, por um lado, remete a *um novo estágio de entendimento*³⁶ entre as partes³⁷, onde o culto à negociação, às câmaras setoriais, se insere num projeto de dominação de maior dimensão, com o trabalho permanecendo imerso na roda viva dos desígnios do capital³⁸ - diferentemente de outras avaliações e propostas de ação, na linha dos enfrentamentos com o capital - sendo pois, essa alternativa, muito elogiada pelos seus porta-vozes³⁹. Por outro lado, porém, articulado a esses desdobramentos, temos a efetivação das reformas específicas do Estado para o setor sucro-alcooleiro, tanto as já em curso, quanto o anúncio dos temas a serem alvo de reformas, somadas ao conjunto das reformas em nível do Estado como um todo, que inclusive influenciou a aliança política homologada entre o atual governo e os empresários agroindustriais canavieiros, desde o período da campanha eleitoral, ainda em meados de 2002..

O rebatimento dessas questões também atinge diretamente os trabalhadores. A título de exemplo, põe-se em cena o esquecimento ou até abandono das discussões em torno de outras propostas de estrutura e organização sindical, ainda que polêmicas, como os sindicatos da agroindústria (com base territorial regional), ou sindicatões (como foram batizados por reunir no seu interior o conjunto das categorias sindicais envolvidas), que emergiram num momento de ascensão do debate sindical, ou seja, no final da década de 80 e nos primeiros anos da década de 90.

A questão a ser posta em evidência nesse contexto passa pelo questionamento do por quê o discurso e ação do “novo sindicalismo” não se traduzem numa prática sindical capaz de romper com a velha estrutura e a já superada ação sindical legalista? Por onde gravitam as alternativas para o conjunto do operariado?

Abate-se sobre o movimento sindical, às centrais sindicais, em especial, os segmentos mais atuantes, a necessidade de redefinir seu projeto de intervenção, tendo em vista guiar-se para a unificação dos trabalhadores do campo e da cidade. Se, em momentos

³⁵ A esse respeito, consultar Antunes, 1999, e Alves, 2000.

³⁶ Sobre essa questão ver: Maar, 1994:32.

³⁷ Ou como posicionou-se o então presidente da CUT, Sr. Jair Meneguelli: “*Estamos nos adequando à conjuntura: não tem mais greve para derrubar general ou presidente da república (...), temos sim que buscarmos novas alternativas para o entendimento*” (FSP, 18/03/1994:4).

³⁸ Como aponta Bihl (1998), sobre o sindicalismo de postura social-democrata que aceitou o pacto de classes, de hegemonia burguesa.

³⁹ Basta notarmos a avaliação feita pelo então, presidente da FIESP, Sr. Mário Amato: “*Passou a fase de sindicalismo de resultados para o sindicalismo de eficiência (...). As duas partes (capital e trabalho) entenderam que demagogia e dialética não levam a lugar nenhum*” (CARNEIRO, 1992, p. 5).

anteriores, esses pontos deram conformação às propostas da CUT, por exemplo, atualmente, estão desprestigiados e distantes dos planos de ação da central, para o conjunto dos trabalhadores da agroindústria canavieira. Isto é, recompor a oposição cidade-campo (imposta nos limites da divisão técnica e territorial do trabalho, já totalmente redimensionada pelo capital)⁴⁰, noutros moldes de organização do trabalho, já que ainda é mantida intocada pelo movimento sindical.

Cabe salientar que a CUT enfrenta, concretamente, o problema da acomodação dos seus dirigentes, principalmente das entidades de base ou dos sindicatos, pois temem a perda do controle dos aparelhos sindicais que a fusão e organização por ramo de produção/atividade, indubitavelmente desencadeariam. Isso, por sua vez, tensiona as disputas internas, pois as correntes minoritárias que *apelam* para o restabelecimento do *projeto cutista* de estrutura e organização sindical, é sobreposta pela avaliação majoritária que se configura ao afirmar que o suposto “desvio de rota” da central é consequência do caminho escolhido para sua construção⁴¹.

Põe-se em cena, então, restabelecer o *abandonado* projeto de classe para si baseado na aliança operário-camponesa, tendo como pressuposto a redefinição geral do conteúdo e das estratégias de libertação enquanto classes dominadas e pôr a gestão da história ao encargo daqueles que efetivamente a produzem com seu trabalho, enraizando-se, assim, noutra escala a espacialidade a relação cidade-campo como unidade orgânica dos dominados⁴².

É nessa linha entrecruzada de relações que, contraditoriamente, se (re)definem os (re)arranjos táticos e estratégicos do capital e têm permanecido em latência as movimentações do trabalho.

O que está em questão é a diferença quanto à materialidade da dinâmica do capital e do trabalho. Isto é, frente ao capital que se territorializa hegemonizando o controle

⁴⁰ Cf. THOMAZ JR., 2002a.

⁴¹ A esse respeito, Oliveira, M. A., complementa dizendo que: “... há hoje uma clara tensão entre o projeto político-organizativo da CUT e a sua dinâmica de acomodação à estrutura oficial, inclusive em setores que historicamente não estavam sujeitos ao modelo sindical corporativista, como os servidores públicos. (...) A rigor, nenhuma das quatro centrais sindicais (CUT, as duas CGT's e a F.S) vêm se construindo sob a inspiração de um projeto organizativo próprio como alternativa ao modelo sindical vigente”, sendo que, o apego à estrutura oficial, no caso específico da Força Sindical, faz parte até das deliberações de congresso, da edificação de seus respectivos projetos organizativos, enraizados, então, na pregação da mesmice (1994:507). (*grifo nosso*).

⁴² Trata-se, pois, como presente nas teses e deliberações de Congressos da CUT, “de criar as condições para a superação da exploração de classe”. Como observa Moreira, R., põe-se em questão edificar “o embrião que inverta a relação cidade-campo dos dominantes, montada como estrutura espacial ordenadora da reprodução dos homens para o capital, instaurando a relação cidade-campo que organiza a reprodução de homens livres (...) ou seja, efetuar a estrutura espacial que organize a relação cidade-campo dos dominados, que seja capaz de efetivar a ruptura espacial organizadora da relação cidade-campo dos dominantes, instituindo uma formação econômico-social sem dominantes e dominados, e, então, de instaurar a gestão operário-camponesa sobre a totalidade social” (1985, p.164). Mais detalhes, ver: Bihr, 1998; Antunes, 1995.

integral da produção agroindustrial sucro-alcooleira, o movimento sindical e os trabalhadores não acompanham esse processo na mesma amplitude, ou seja, não conseguem formular respostas à altura, tendo em vista que permanecem presos ao corporativismo e à fragmentação da estrutura sindical reinante. Não obstante, ao capital cabe ditar o processo de tecnificação/mecanização, por exemplo, no corte da cana-de-açúcar, momento do processo produtivo que emprega 2/3 do conjunto, dos trabalhadores. Assim, o ritmo e o conteúdo do processo de desemprego são unilaterais e exclusivamente dirigidos pelo capital, o que descaracteriza quase que por completo o papel da Câmara Setorial que se propôs a gerar regras e normas para a *convivência tecnológica e ambiental* na agroindústria sucro-alcooleira em São Paulo.

Do lado dos trabalhadores e de suas entidades sindicais, comparece, mas muito reservadamente, um esboço de intenções para confrontar forças com o capital. O que de mais arrojado se apresenta e de certa forma significa um avanço para a construção de novos referenciais são as ocupações de terra por um segmento dos trabalhadores, envolvidos diretamente nas atividades agrícolas, mas não só, da cana-de-açúcar, ou propriamente aqueles que vivem mais cruelmente os dissabores da despossessão e do desemprego estrutural provocados pela mecanização no corte e também no plantio da matéria-prima. Esse expediente do conflito capital x trabalho, em São Paulo, ainda não incorporou a bandeira que alguns segmentos do operariado canavieiro mais progressista, particularmente do Nordeste e, em especial na Zona da Mata de Pernambuco, vêm defendendo e executando, no tocante às ocupações de terras das empresas inadimplentes ou que não cumprem os acordos coletivos, pois predominam em chão paulista as ocupações de terras públicas.

Esses novos desafios sinalizados para o movimento sindical, tendo em vista as conseqüências do processo de redefinições técnico-produtivas e organizativas do capital, encimam-se fundamentalmente, sob dois aspectos:

1) No desemprego e, sobretudo, no comprometimento dos direitos sociais e trabalhistas, colocados em xeque com a terceirização e com as cooperativas de mão-de-obra e, em conseqüência, as novas divisões intercorporativas que interferem na territorialidade dos sindicatos ao redimensionar o enquadramento, não pela (re)qualificação da divisão técnica do trabalho, mas pelos desdobramentos oriundos da recomposição dos sindicatos existentes, no caso específico da terceirização e na perda de referencial na identificação do patrão, ao se tratar das cooperativas, até então circunscritos aos rurais, mas no curto prazo, como apontam as evidências, poderão voltar-se para o conjunto dos

trabalhadores. Em relação às cooperativas de mão-de-obra, algumas pesquisas⁴³ já constataram o quão nocivas são para os trabalhadores. Denominadas de “fraudoperativas” e de “coopergatos”⁴⁴, expressam de forma sintética os atributos que as qualificam como instâncias que fragilizam e elevam a níveis mais profundos a escala de precarização em que se encontram os trabalhadores.

As mudanças institucionais abriram caminho para a instrumentalização da fragilização do trabalho, através da prática da organização cooperativa. Cabe lembrar que em dezembro de 1994, através da lei 8949, de autoria do Deputado Adão Preto (PT/RS), o Congresso Nacional dá nova redação ao artigo 422 da CLT, que passa a declarar: “Qualquer que seja o ramo de atividade da sociedade cooperativa, não existe vínculo empregatício entre ela e seus associados, nem entre estas e os tomadores de serviços daqueles”. Está declarado oficialmente, que o trabalhador agrícola, assim como qualquer outra categoria profissional que se organize em cooperativas de trabalho, passa a ser autônomo⁴⁵.

2) Na contundência dos desafios para o trabalho, que se materializam exatamente nas dificuldades encontradas pelo movimento sindical em não somente entender, mas numa escala ainda mais elevada, ultrapassar as prerrogativas de organização corporativo-sindical, buscando novas alternativas no sentido de acompanhar o (re)enraizamento produtivo e organizativo do capital rumo à consolidação das cadeias produtivas, ou mesmo no readequamento dos ramos de produção, superando, assim, os estreitos marcos da divisão técnica do trabalho como catalisador da identificação operária alienada. Ou seja, *subverter* o quadro inicialmente imposto e por muito tempo aceito do fracionamento corporativo, para agir no mesmo raio de ação do capital, priorizando, portanto, o enraizamento de toda a atividade econômica, unificado organicamente ou até sob uma única entidade sindical, na escala de abrangência do conjunto dos trabalhadores da cadeia produtiva, ou então, de qualquer outra forma de (re)organização produtiva processada pelo capital.

Desponta nesse novo cenário institucional, uma nova alternativa para (re)edificação do projeto estratégico do capital, que ultrapassa os estreitos limites do

⁴³ Cf. SILVA, et. al., 1997.

⁴⁴ Cf. THOMAZ JR., 2002c.

⁴⁵ Para aprofundamento desse assunto, recomendamos as leituras dos Textos: 1) “Cooperativas de Trabalhadores Rurais: nova roupagem para velhas intenções”, de autoria de Paulo Roberto Correia da Silva, José Jorge Gebara e Luis Rodrigo Pinotti. Jaboticabal, 1998; 2) “Aprovada nova Legislação que permite o Funcionamento do Cooperativismo de Trabalho”. Boletim do DESER, “Conjuntura Agrícola nº 60, 1995; 3) “Cooperativas deixam 2, 5 milhões sem Direitos”, de autoria de Luis Costa Pinto, Folha de São Paulo, 18/01/1998.

discurso neoliberal, quando de forma ambígua pressiona pela saída do Estado do setor, reivindicando ser providencial sua desregulamentação e, ao mesmo tempo, requer novas linhas de crédito e subsídios especiais oriundos de instituições públicas como o BNDES e Banco do Brasil. Essa incoerência está sempre vinculada à renovabilidade da matriz energética, aliás ponto de sustentação do discurso do capital para a redefinição da produção do álcool, em nome da questão ecológica e da auto-sustentabilidade da agroindústria, ou em razão da padronização de procedimentos para alcançar a certificação sócio-ambiental da cana-de-açúcar e seu processamento industrial.

O capital sucro-alcooleiro, fortalecido pelas suas entidades de representação, que tendem a ser cada vez mais profissionalizadas, a exemplo da UNICA, articula a sustentação desse projeto de curto e médio prazos, bem como redefinições mais profundas do setor, como a *revitalização do Proálcool*⁴⁶, através de uma *nova* composição com o Estado, encimada na consumação de novas diretrizes econômicas e políticas, aliançadas todavia com o trabalho. Ou seja, a idéia de compor com o Estado e com o movimento sindical, (re)alimenta para o capital, esperanças de buscar o estreitamento de relações com o Estado - sendo pois, a via privilegiada para o desenvolvimento das forças produtivas, bem como, contar com a chancela do trabalho para a consumação do projeto de dominação.

Frente a esse quadro, os avanços conseguidos a partir da mobilização dos trabalhadores, com ênfase para os rurais, ao longo da década de 80, dos mais diferentes pontos do país e o acúmulo das reflexões sobre a conjuntura e das táticas utilizadas pelo capital nos diferentes momentos da produção, em especial os desdobramentos para a agroindústria, não foram o bastante para consubstanciarem projetos específicos para os trabalhadores ligados à agroindústria sucro-alcooleira.

É preciso ir além disso. Por exemplo, fazer a reforma agrária nas terras das usinas inadimplentes, devedoras do fisco e com pendências trabalhistas, pode ser uma alternativa mais interessante para os trabalhadores do que somente focar ações na manutenção do emprego, o que de fato é impossível de ser alcançado.

Responder as demandas que desafiam o universo do trabalho, a classe trabalhadora, é o que dá sentido ao nosso interesse pela pesquisa em Geografia, como forma de contribuir para uma “releitura” das diferentes escalas do mundo trabalho, capaz de apresentar elementos para o enfrentamento dos trabalhadores com os estranhamentos e toda a dimensão alienante da estrutura de dominação de classe, base, aliás, que funda o

⁴⁶ Essa é a palavra de ordem do capital, hegemônica no campo da UNICA, que de olho no redimensionamento tecnológico e gerencial do empreendimento agroindustrial, alicerçam no álcool, ou na *revitalização do PROÁLCOOL*, a base do discurso que escuda a manutenção do combustível *nacional e renovável*.

controle social do capital sobre toda a sociedade, mas especialmente sobre a classe trabalhadora.

As procuras por melhores salários e condições de trabalho, luta pela terra e política agrícola, comparecem em horizontes distintos e diametralmente opostos, encimadas, pois, nos três vértices principais da fragmentação econômica, política e territorial do trabalho. Ou seja, os assalariados (proletarizados ou semi-proletarizados), os agricultores familiares camponeses e os pequenos e médios empresários rurais e os trabalhadores envolvidos na luta pela terra, o que repercute diretamente na própria constituição e estruturação das entidades de representação organizativa dos trabalhadores rurais, como também as linhas de interlocução com os demais segmentos de trabalhadores urbanos⁴⁷.

4. Trabalho Proletarizado e Ocupação de Terra: um par imperfeito?

As divergências em relação à luta pela terra e pela reforma agrária se mostraram muito evidentes. Os trabalhadores ligados à planta fabril se reservam reivindicar melhores salários e condições de vida e de trabalho, manutenção dos níveis de emprego, etc. Há consonância também, com os trabalhadores ligados aos STR's, que, no limite, abordam a questão da reforma agrária, como defendido pelos trabalhadores filiados aos SER's, mas apenas como alternativa para se resolver questões pontuais e não como plano de luta ou questão estratégica. Na verdade, os trabalhadores, considerando as divergências ideológicas existentes, reconheceram que a Câmara Setorial não foi pensada para resolver essas questões, portanto, por dentro da Câmara Setorial, os trabalhadores não devem debater esses assuntos, com o arremate daqueles vinculados aos STR's que argumentaram: “até porque os empresários poderiam se retirar, o que não seria bom para nós”.

Quando acionados a refletirem sobre as demandas mais gerais que estão postas na conjuntura atual, os trabalhadores também revelaram divergências profundas. Por exemplo, depois de incentivados a pensar sobre o papel da Consulta Popular para os trabalhadores químicos, há o reconhecimento de que se trata de “uma frente de discussão de vanguarda, com propostas muito avançadas, inclusive porque defende o socialismo”. Para os trabalhadores ligados à alimentação e aos STR's, o desconhecimento do assunto reservou

⁴⁷ Esse assunto está sendo objeto de nossas atenções em Projeto de Pesquisa “Reestruturação Produtiva do Capital no Campo, em São Paulo, e os Desafios para o Trabalho”, que começa a ser preparado para ser desenvolvido no próximo ano, em nível de pós-doutorado, na Espanha.

comentários pontuais sobre determinados fatos, tais como as ocupações de terra e reforma agrária.

Já para os trabalhadores ligados aos SER's, a Consulta Popular, apesar de ser uma instância de discussão e debates de idéias, no campo progressista, é factível reconhecer que há muitas limitações para fazer avançar a luta dos trabalhadores, rumo à construção de novos referenciais, dado o apego às estruturas reinantes que a burguesia impõe e que os trabalhadores aceitam, ou seja, as ações se limitarem quase que exclusivamente ao legalismo sindical. Argumentaram ainda, que “a luta pela terra e pela reforma agrária, no Brasil, deveria ser prioridade nacional para as entidades progressistas e de esquerda”, sem exceção.

É como afirmamos em outro momento⁴⁸, o poder dos coronéis, dos senhores de engenho, do baronato cafeeiro e dos demais personagens que dominaram a cena agrária no Brasil, impôs comportamentos, hábitos, avaliações e, sobretudo o destino de gerações inteiras ao subjugo, fato que se manifesta territorial e socialmente na construção de povoados, cidades e tem, no controle político, a prova cabal da dominação de classe. O expediente da grilagem de terra, da exploração do trabalho, da violência descomedida, dos assassinatos no campo, do apoio das elites que hegemonizaram o aparelho estatal, foi ao longo dos últimos 500 anos consolidando especificidades aos conteúdos das alianças políticas intraburguesas, e dos pactos sociais edificados à escala de um cenário marcadamente de exclusão social e que dão sentido e conteúdo à luta de classes. A violência e a truculência adotadas pelas classes dominantes e pelo próprio Estado sustentam marcas indeléveis, tanto no que se refere aos assassinatos, quanto às perseguições e desaparecimentos de trabalhadores (posseiros, assalariados, pequenos produtores, etc), dirigentes sindicais e militantes dos diversos movimentos sociais envolvidos na luta pelo acesso à terra e resistência nela.

A esse respeito, vale lembrar da limitação do processo democrático vivido no Brasil e o nível da barbárie a que os trabalhadores foram submetidos, nos últimos 35 anos, quando se depara que, ao longo dos 20 anos da ditadura militar (1964 – 1984), em termos médios, foram assassinados 42 trabalhadores por ano; de 1985 a 1989 (Nova República), esse número foi ampliado para 117 assassinatos por ano, sendo que, só no primeiro governo FHC (1994 – 1997) esse número chegou a 43 trabalhadores por ano, ou seja, maior que o período da ditadura. Corumbiara, em Rondônia e Eldorado dos Carajás, no

⁴⁸ Cf. THOMAZ JR., 2001.

Pará, são as expressões do poder de classe no Brasil, que tristemente reaviva 500 anos de uma trajetória que revela profundas desigualdades⁴⁹.

É necessário destacar que há exatamente cinco séculos depois da chegada do colonizador, ainda é impossível dissociar as ocupações de terras do incremento da concentração fundiária. Ainda que esse processo esteja sendo ampliado com os desdobramentos da reestruturação produtiva do capital, a questão agrária no Brasil tem na estrutura fundiária ou mais precisamente, na concentração da propriedade da terra, o exercício efetivo do controle social, resultado das desigualdades geradas pelo sistema metabólico do capital ao se internalizar, e um dos principais entraves para o alavancamento da luta pela terra por parte dos movimentos sociais e também para a reforma agrária, enquanto política capaz de resolver o problema fundiário em alguma medida⁵⁰.

Está em questão a necessidade de insistir na compreensão dos processos sociais que dão forma e sustentação para um conjunto amplo e diferenciado de arranjos, considerando-se as *novas* inserções do trabalho na agricultura brasileira e particularmente na configuração dos trabalhadores sem terra, em especial para aqueles que estão inseridos na luta pela terra, através dos movimentos sociais organizados.

4.1. Fragmentação e Estranhamento do Trabalho na Encruzilhada da Luta pela Terra

Um longo caminho que, dos posseiros aos desempregados da indústria metalúrgica do ABC, passando pelos pequenos produtores familiares endividados e pelos assalariados rurais temporários, nos possibilita perceber que está em foco um novo cenário para o trabalho, no qual as desigualdades sociais oriundas do campo (concentração da propriedade da terra e a modernização seletiva) e da cidade (desqualificação/precarização do trabalho e desemprego em massa) e a convergência de determinados atributos que influem no aumento crescente da exclusão, nos estimulam a pensar não ser mais possível persistir nos esquemas prévios de interpretação que não privilegiem o entendimento das diferentes faces do trabalho em torno de questões mais gerais, como luta pela terra, reforma agrária, política nacional de emprego, tempo livre, diminuição da jornada de trabalho. Faz-se necessário entender a dinâmica da gestão societária do capital como

⁴⁹ Mais informações sobre Violência no Campo, ver: Comissão Pastoral da Terra, 2001, “Conflitos no Campo – Brasil”.

⁵⁰ Cf. THOMAZ JR., 2001.

componente fundante da trama social que guia a divisão hierárquica do trabalho, como pressuposto da divisão técnica e territorial na atividade canavieira em São Paulo.

É possível identificar que à *borda* de trabalhadores excluídos do campo se juntam, crescentemente, os trabalhadores proletarizados e semi-proletarizados, (inseridos na informalidade, majoritariamente), portanto precarizados, para terem acesso à terra, como forma de busca da dignidade e do direito ao trabalho perdidos. É nesse eixo que se enraiza e explicita o conflito social ou a centralidade das confrontações da questão cidade-campo no plano econômico e também político-ideológico da luta de classes⁵¹.

Esse é um dos principais elementos, juntamente com o modelo concentrador e seletivo de tecnificação do campo, também conhecido por “modernização” da agricultura, que requalificam o perfil e as demandas do exército de trabalhadores sem terra no Brasil, na viragem para o século XXI. Isto é, a demanda por terra não se restringe tão somente aos trabalhadores que já têm ou que tiveram ligação com a terra, mas um conjunto diversificado de trabalhadores, ex-assalariados urbanos, engrossa as fileiras do sem terra no Brasil, passam a compor os movimentos sociais afins e as frentes de luta pela terra, particularmente nas fileiras do MST, portanto, de modo geral, redefinem o perfil e o conteúdo societal do trabalho envolvido na luta pela terra.

Reconhecer, então, a processualidade social é um passo teórico-metodológico necessário para identificar as dinâmicas específicas dos diferentes arranjos presentes na agricultura, em especial privilegiar a compreensão das relações de produção e de trabalho, para a revelação dos desdobramentos da (re)divisão territorial do trabalho, bem como dos aspectos que iluminam a luta pela terra. Põem-se em pauta, então, as combinações entre as formas e os significados que expressam modificações nos rumos do trabalho e, conseqüentemente, nas formas de controle exercidas pelo capital e pelas classes dominantes.

Dessa forma, entende-se que, expressão do conflito mais geral, é no interior da luta de classe que o trabalho ou os trabalhadores envolvidos na luta pela terra, devem ser entendidos, através dos movimentos sociais, das diferentes frentes de luta pela terra, considerando, pois, as diversas concepções político-ideológicas e os pactos sociais que lhes dão sustentação e das alianças políticas que propugnam.

É no interior dessa polêmica que comparecem as divergências a respeito da questão da reforma agrária e dos assentamentos rurais nas terras das empresas agroindustriais canavieiras. De todo modo, esse assunto não unifica os trabalhadores ou o

⁵¹ Cf. THOMAZ JR., 2002b e 2002c.

movimento sindical. Assentar os trabalhadores desempregados, oriundos do processo de trabalho nas agroindústrias canavieiras, nas terras das usinas, não representa uma bandeira de luta do movimento sindical. “O trabalhador precisa de segurança no emprego, de salários decentes e de oportunidades para viver bem, podendo dispor de escolas, transporte coletivo, educação para si e para os seus filhos, etc”⁵².

Por sua vez, os trabalhadores ligados aos STR’s, na maioria dos casos, dispor de terra para plantar, morar e viver, não corresponde aos desejos imediatos. A volta ao campo não está posta, apenas figura como alternativa à extinção das possibilidades de requerer melhores salários e condições de trabalho. “Para nós, vale mais a pena erguer esforços rumo ao Banco da Terra, programa do governo federal, para viabilizar o acesso à terra dos desempregados. Não acreditamos na reforma agrária como instrumento capaz de alavancar desenvolvimento alternativo para o trabalhador desempregado, muito menos para minifundiários, parceiros, etc. Estamos desenvolvendo um modelo de gestão para a agricultura familiar, denominada de *back in house*. Esse modelo já deu muito certo nos EEUU, e nós já temos resultados interessantes na região de S. J. Rio Preto. Ainda não podemos divulgar essa experiência, mas logo todos vocês vão ter a oportunidade de conhecê-la. Nós pretendemos mudar o conceito de subsistência presente na agricultura paulista. Aproveitar as potencialidades e dinamizar o mercado de consumo, através de ganhos de produtividade e portanto, preços competitivos, é o que poderá tirar os pequenos produtores do buraco. A FETAESP tem que se dedicar também ao pequeno produtor, pois ele está abandonado pelo governo que só se sensibiliza para os assentamentos, pois ameaçam atear fogo em tudo”⁵³.

Por outro lado, para o segmento de trabalhadores ligados aos SER’s, fica patente que a reforma agrária e a luta pela terra devem figurar como instrumento de luta específica dos trabalhadores e não somente do MST ou dos outros movimentos sociais que se dedicam à matéria, quando apoiada nos referenciais da construção da autonomia dos trabalhadores e da busca do socialismo.

O dirigente do MMPD vai mais longe quando afirma: “por que não apoiarmos os movimentos sociais que já estão envolvidos na luta pela terra e na retomada das terras pertencentes aos empresários endividados com o Estado? Na região de Ribeirão Preto, têm-se as ações da FERAESP, que devem ser apoiadas. É possível de se empreender ações capazes de fragilizar o poder do capital. Para tanto, o MMPD deve estar atento para vigiar e

⁵² Depoimento de dirigente da FETAESP, senhor Mauro da Silva, em maio de 2001, hoje presidente da FERCANA.

⁵³ Idem.

denunciar o descumprimento das legislações municipais, como no caso das queimadas; quando se permite “permissão para queimar”, ou seja, o *poder* das queimadas deve ser eliminado.

O defensor público, Dr. Marcelo Goulart, nos asseverou que: “daqui para frente, pensamos que o MMPD, assim como outras forças políticas, deveriam se convencer ser possível conjugar numa única discussão, reforma agrária com Proálcool, inserindo nas discussões, o respeito ao meio ambiente, aos direitos sociais, e o direito de os trabalhadores se organizarem livremente, principalmente nos locais de trabalho. Nesse sentido, entendemos que a certificação ambiental pode ser um aliado importante para que seja rediscutido amplamente com a sociedade o padrão de desenvolvimento reforçado com o Proálcool no Estado de São Paulo, quando se elevou à enésima potência o nível de destruição da natureza e da precarização das relações sociais”.

Por conta dessa avaliação, defendem o fim do Proálcool, mas principalmente, do modelo que dá sustentação à matriz energética, referenciada na monocultura e no latifúndio. “As pequenas unidades produtoras (mini e micro-destilarias), associadas às pequenas plantações, inclusive a partir de outras matérias primas, tais como a mandioca, o milho e não somente a cana-de-açúcar, é o que entendem ser o mais adequado, pois seria possível de ser viabilizado através de esquemas de autogestão, nos quais os trabalhadores teriam controle do processo de produção e de trabalho”. Dessa forma, insistem que os problemas ambientais, o padrão tecnológico, a produtividade do trabalho, estariam sob controle, ou dentro dos níveis suportáveis e aceitos pela sociedade, ao contrário do que pensam os trabalhadores, que o controle da mecanização do corte cana-de-açúcar, (queimada ou cru), possa assegurar qualquer garantia de qualidade de vida para os trabalhadores em particular, ou para a sociedade no geral, especialmente quando se trata da despalha ou das queimadas, que concentra as atenções da sociedade civil.

É nessa *peleja* que a classe trabalhadora deverá “enxergar” ou apreender que o tão defendido *novo* ambiente institucional da agroindústria canavieira em São Paulo, especialmente pelos formadores de opinião (empresários, políticos), reserva tão-somente, *novos* desafios para a superação da “leitura” fragmentada que faz de si, do ponto de vista ontológico, um ente despossuído de projeto político para si, ao não admitir que há plasticidade internamente ao trabalho, quando se trata da dinâmica do capital ou as ações empreendidas para a manutenção das formas de controle social. Isto é, a hegemonia do capital sobre as linhas de comunicação, refeitas constantemente, que dão plasticidade ao

efetivo exercício do controle social e que ligam as diferentes expressões do trabalho - ora agrícola ou rural, ora urbano, industrial ou comercial, etc. -, nos conduz a uma complexa trama de relações que contempla rearranjos territoriais de grandes proporções. O fato de o trabalhador proletarizado desempenhar essa ou aquela atividade no circuito mercantil não o exime, *a priori*, de se interconectar com os outros segmentos do trabalho que desempenham a atividade laborativa sob outras condições sociais, tais como os camponeses, os semi-assalariados e trabalhadores sem terra, camelôs e outras modalidades precarizadas, etc. No entanto, nem a atenção desse processo é algo que se dá sem a tomada de consciência do trabalho, tampouco a constante mudança de condição do trabalho, ora urbano, ora rural (agrário ou não), ora com registro, ora informal, isenta as diferentes expressões territoriais desse metabolismo das contradições imanentes do próprio modo de produção capitalista. Sem contar os signos e os símbolos que mistificam e fetichizam os significados da luta pela terra e da Reforma Agrária para a classe trabalhadora, diante do complexo processo de estranhamento que contamina a classe trabalhadora. E ainda, em meio à demarcação inicial dos referenciais do novo governo, já é possível apreender que os compromissos de outros tempos com os trabalhadores não terão lugar, nessa primeira hora, quando ainda estão em primeiro plano os desenhos das alianças seladas com o setor empresarial canavieiro, em nível nacional.

Assim, a desregulamentação; a liberdade das regras do mercado; os efeitos que advêm dos momentos de existência da Câmara e do Pacto pelo Emprego; a contínua participação do Estado em benefício do capital e a flagrante ausência em relação ao cumprimento das leis trabalhistas e dos acordos coletivos; a permanência de legislações ultrapassadas e flagrantemente desrespeitadas; a ausência de políticas públicas para um projeto energético alternativo que, de fato, possa priorizar o desenvolvimento social em condições aceitas e prescritas pela comunidade e pelos trabalhadores e que portanto, possa resultar em benefícios mais amplos, inclusive para os consumidores de combustíveis renováveis e para os trabalhadores em particular, especialmente em relação à manutenção de empregos 12 meses por ano, respeito às regras do jogo; enfim, tudo isso está por ser construído.

Vencer as resistências e transpor os obstáculos, eis o que se coloca para o movimento operário envolvido diretamente na atividade canavieira em São Paulo. Reconhecer que há ligações, menos ou mais explícitas entre as diferentes formas de expressão do trabalho, no raio da delimitação do agronegócio canavieiro, inclusive as ocupações de terra e as ações em favor da Reforma Agrária, é um passo importante para o

entendimento da complexa trama de relações que acrescenta diferentes qualificações para o exercício do ato laborativo e para a luta política. E mais, acreditamos que nessa linha entrecruzada de escalas e relações podemos dimensionar a efetiva prática do controle social do capital sobre o trabalho, que mantém a exploração, a subordinação, a expropriação como elementos fundantes do metabolismo societário do capital. Mas é por esse caminho também, que acreditamos ser possível identificar as movimentações do trabalho e o enraizamento da luta de classes, bem como os desdobramentos espaciais e territoriais dessas repercussões para o conjunto da sociedade que, deverá apontar alternativas para a resistência ou para a complacência.

Referências Bibliográficas

ALVES, F. J. C. **Modernização da agricultura e sindicalismo: lutas dos trabalhadores assalariados rurais da região de Ribeirão Preto.** Campinas, 1991. Tese (Doutorado) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas.

ALVES, G. A. P. **O novo e precário mundo do trabalho.** São Paulo: Boitempo, 2000.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho.** São Paulo: Boitempo, 1999.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho.** São Paulo: Cortez, 1995.

ARBIX, G. **Uma aposta no futuro: os primeiros anos da Câmara Setorial da Indústria Automobilística.** São Paulo: Scritta, 1996.

AZNAR, G. **Trabalhar menos para trabalharem todos.** São Paulo: Scritta, 1993.

BIHR, A. **Da grande noite à alternativa.** São Paulo: Boitempo, 1998.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** São Paulo: Centro de Estudos da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo, 1988.

BRASIL. Leis, Decretos, etc. **CLT: legislação complementar e textos revistos e atualizados.** 78.ed. São Paulo: Atlas, 1989.

BRAY, S. C.; FERREIRA, E. R.; RUAS, D. G. G. **As políticas da agroindústria canavieira e o Proálcool no Brasil.** Marília: Unesp Marília Publicações, 2000.

EID, F.; SCOPINHO, R. A. **Reestruturação produtiva, política industrial e contratação coletiva nos anos 90: as propostas dos trabalhadores da agroindústria da cana-de-açúcar (projeto de pesquisa e formação sindical).** São Carlos, 1998. (mimeogr.).

FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 2000.

GEBARA, J. J. e BACCARIN, J. G. O novo sistema de corte de cana por 7 ruas: quem ganha? **Série Estudos, n.8.** DECOR/UNESP. Jaboticabal, 1983.

GOULART, M. P. **Ministério público e democracia: teoria e práxis.** Leme: Editora de Direito, 1998.

GRAZIANO DA SILVA, J. *et. al.* O rural paulista muito além do agrícola e do agrário. **São Paulo em Perspectivas,** São Paulo, v.10, n.2, p. 11-24, abr. jun., 1996.

GRAZIANO DA SILVA, J. (Organizador). **A nova dinâmica da agricultura brasileira.** Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

IANNI, O. O mundo do trabalho. **São Paulo em Perspectiva,** São Paulo, v.8, n.1, p.2-12, 1994.

LUKÁCS, G. **As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978. (Coleção Temas de Ciências Humanas).

MARTINS, A. Proálcool, um programa contra o Brasil. **A Classe Operária**, São Paulo, 27 jul. ago., 1989. p.14.

MARX, K. **O capital**: Capítulo VI inédito de o Capital. São Paulo: Editora Moraes, 1985.

MATTOSO, J. E. L. *et al.* (orgs.). **O mundo do trabalho**. São Paulo: Página Aberta, 1994.

MÉSZÁROS, I. **A necessidade do controle social**. São Paulo: Ensaio, 1987.

MÉSZÁROS, I. **A ordem do capital no metabolismo social da reprodução**: ensaios Ad Hominem 1. São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem, 1999.

MOREIRA, R. **O movimento operário e a questão cidade-campo no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1985.

NOVAES, J. R .P. **Modernização, relações de trabalho e poder**: um estudo das transformações recentes na agroindústria canavieira do nordeste. Campinas, 1993. Tese (Doutorado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

OLADE, A. R. **Capacitação tecnológica na agroindústria canavieira**: o caso da Copersucar. Campinas, 1992. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas.

OLIVEIRA, A. M. S. **"A relação capital-trabalho na agroindústria sucroalcooleira paulista e a intensificação do corte mecanizado: gestão do trabalho e certificação ambiental"**. Dissertação de Mestrado. FCT/UNESP/Presidente prudente. Presidente Prudente, 2003.

OLIVEIRA, A. U. **A agricultura brasileira**: as transformações recentes. São Paulo: SPM/CEM, 1994.

OLIVEIRA, A. M. S. As inovações tecnológicas e as novas formas de gestão e controle do capital sobre o trabalho. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v. 3, n. 1, outubro de 2002.

PAIXÃO, M. J. P. **No coração do canavial**: estudo crítico da evolução do complexo agroindustrial sucro-alcooleiro e das relações de trabalho na lavoura canavieira. Rio de Janeiro, 1994. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro.

RAMOS, P. **Agroindústria canavieira e propriedade fundiária no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1999.

SILVA, A. E. **A nova ordem no mundo do trabalho agroindustrial**. São Carlos, 1999. Dissertação (Mestrado) - Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia da Universidade Federal de São Carlos.

SILVA, P. R. C.; GEBARA, J. J. E PINOTTI, L. R. Direito sonogado: o caso das cooperativas de trabalhadores rurais. *INESC*, ano V, n.30, abril, 1997. 20p.

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

THOMAZ JÚNIOR, A. Agroindústria sucro-alcooleira, relação capital x trabalho e os desafios para o movimento sindical. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 14., 1998, Presidente Prudente. **Anais...** Presidente Prudente: Faculdade de Ciências e Tecnologia, 1998. v.2, p.4-18.

THOMAZ JÚNIOR, A. Câmara setorial e o novo cenário institucional: gestão territorial da relação capital-trabalho e movimento sindical". **Revista Ciência Geográfica**, Bauru, n.12, jan. abr., p.22-28, 1999.

THOMAZ JÚNIOR, A. Gestão e ordenamento territorial da relação capital-trabalho na agroindústria sucro-alcooleira. **Informações Econômicas**, São Paulo, v.30, n.4, abr., 2000a.

THOMAZ JÚNIOR, A. Qualificação do trabalho: adestramento ou liberdade? uma contribuição para o entendimento dos desafios postos ao movimento sindical, diante da reestruturação produtiva do capital. In: COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA "INNOVACIÓN, DESARROLLO Y MEDIO LOCAL - DIMENSIONES SOCIALES Y ESPACIALES DE LA INNOVACIÓN, 2., 2000b, Barcelona. **Anales...** Barcelona: Universidade de Barcelona, 2000b. Disponível em: www.ub.es/geocrit/geocrit/sn-43htm (Revista Eletrônica - ISSN 1138 – 9788)

THOMAZ JÚNIOR, A. Desenho societal dos sem terra no Brasil. **Revista Abra**, Campinas, v.28, n.25, p.31-46, 2001a.

THOMAZ JÚNIOR, A.; RIBEIRO, J. C. Entre a sepultura e a trincheira: movimento sindical e exclusão social **Revista Paranaense de Geografia**, Curitiba, n.4, p. 13-25, jul. 2001b.

THOMAZ JÚNIOR, A. **Por trás dos canaviais os (nós) da cana**: uma contribuição para o entendimento da relação capital x trabalho e do movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canieira paulista. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2002a.

THOMAZ JÚNIOR, A. Por uma Geografia do trabalho. **IV Colóquio Internacional de Geocrítica**, Barcelona, 2002b. disponível em: www.ub.es/geocrit/c4-athoj.htm

THOMAZ JÚNIOR, A. O Trabalho como Elemento a Compreensão do Campo. XVI Encontro Nacional de Geografia Agrária. **Anais...** Petrolina, Universidade Federal de Pernambuco, 2002c.

THOMAZ JÚNIOR, A. O Mundo do Trabalho e as Transformações Territoriais: Os Limites da 'Leitura' Geográfica. **Revista Ciência Geográfica**. AGB/Bauru, 2003. (no prelo).

VEIGA FILHO, A. **Mecanização da colheita da cana-de-açúcar no Estado de São Paulo**: uma fronteira de modernização tecnológica da Lavoura. Campinas, 1998. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas.

VIAN, Carlos E. F. – **“Expansão e Diversificação do Complexo Agro Industrial Sucro alcooleiro no Centro Sul do Brasil: 1980 – 1996”**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós Graduação em Engenharia de Produção da UFSCAR – São Carlos, 1997.